



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENESES

Com supedâneo no art. 117 § 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, apresenta-se a seguinte:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substituíam-se o artigo 1º e seus respectivos parágrafos 1º e 2º que passarão a ter a seguinte redação:

Art. 1º - As escolas da rede pública estadual ficam obrigadas a informar, por escrito, o excesso de faltas ou a evasão escolar dos alunos regularmente matriculados no ensino fundamental e ensino médio:

- I-
- II-
- III-

§1º Os professores em contato direto com os alunos ausentes, tão logo observem que foi atingido o limite prudencial de 20% (vinte por cento) das faltas ou ao tomar conhecimento da evasão escolar, deverão informar ao dirigente do respectivo estabelecimento de ensino para seja procedida a convocação dos pais ou responsáveis no prazo de 04 (quatro) dias para a exposição do problema e o esclarecimento dos motivos que provocaram a reiteração de faltas ou a evasão.

§2º A instituição de ensino em colaboração com os pais ou responsáveis deverá adotar medidas administrativas visando garantir a assiduidade escolar ou reintegrar o aluno à escola.

§3º Em caso de recusa, não comparecimento, não forem encontrados os convocados ou depois de esgotados os recursos escolares, estes não solucionaram o problema, deverá ser enviada notificação ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Vara da Infância e da Juventude e ao respectivo representante do Ministério Público para a adoção das medidas cabíveis.



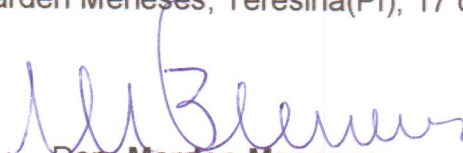
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENESES

§4º A comunicação a que se refere o "caput" tem por finalidade evitar que seja ultrapassado o limite permitido de 25% (vinte e cinco por cento) de ausências e a conseqüente reprovação escolar.

Art. 2º

Gabinete do Deputado Marden Meneses, Teresina(PI), 17 de maio de 2010.


Dep. Marden Meneses




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENESES

JUSTIFICATIVA

Apresentamos Emenda Aditiva que propôs alteração ao artigo 1º e seus parágrafos 1º e 2º com o intuito de harmonizar a presente proposição com as leis federais: Lei nº 8.009/90, Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Gabinete do Deputado Marden Meneses, Teresina(PI), 17 de maio de 2010.


Dep. **Marden Meneses**